



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO

**O Impacto da Pandemia nos Investimentos
em ESG na Petrobras**

Gabriel de Paulo

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS - CCS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Graduação em Administração de Empresas

Rio de Janeiro, Junho de 2024.



Gabriel de Paulo Santos

**O Impacto da Pandemia nos Investimentos
em ESG na Petrobras**

Trabalho de Conclusão de Curso

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao programa de graduação em Administração da PUC-Rio como requisito parcial para a obtenção do título de graduação em Administração.

Orientador(a) : Edmundo Eutrópio

Rio de Janeiro
Junho de 2024

Resumo

Santos, Gabriel de Paulo. O Impacto da Pandemia nos Investimentos em ESG na Petrobras. Rio de Janeiro, 2024. 43 p. Trabalho de Conclusão de Curso – Departamento de Administração. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O objetivo deste trabalho foi mostrar como se mantiveram os investimentos em ESG na empresa Petrobras, durante um cenário desafiador, como no caso da pandemia do coronavírus. Utilizando como base secundária os relatórios anuais de sustentabilidade da empresa e seus relatórios financeiros, para apresentar se houve impacto nas metas e objetivos traçados pela empresa. Para tal, foi realizado uma revisão da literatura, explicando os principais conceitos utilizados, seus principais autores e a evolução da sustentabilidade empresarial ao longo do tempo, e o método de pesquisa utilizado foi a explicativa e descritiva. O ponto seguinte consiste em uma análise dos dados de forma comparativa integrando os conceitos abordados com o estudo de caso realizado, seguido de uma conclusão. Após a conclusão do trabalho foi possível inferir que a empresa sofreu redução nos investimentos durante o período estudado, em decorrência principalmente ao impacto econômico, mas que a área de Governança conseguiu bons resultados apesar do cenário adverso.

Palavras- chave

ESG; Sustentabilidade; óleo & gás; responsabilidade ambiental; Petrobras; desenvolvimento sustentável.

Abstract

Santos, Gabriel de Paulo. The Impact of the Pandemic on ESG Investments in Petrobras. Rio de Janeiro, 2024. Número de páginas 43 p. Graduation Work – Administration Department. Pontifical Catholic University of Rio de Janeiro.

The objective of this work was to show how ESG investments were maintained in Petrobras, a company facing a challenging scenario such as the coronavirus pandemic. Using the company's annual sustainability reports and financial statements as secondary sources, the study aimed to determine whether there was an impact on the goals and objectives set by the company. The research involved a literature review, explaining key concepts, prominent authors, and the evolution of corporate sustainability over time. The research method used was explanatory and descriptive. The next step involved a comparative data analysis, integrating the discussed concepts with the case study, followed by a conclusion. Despite economic challenges, the company experienced reduced investments during the studied period, but the Governance area achieved positive results.

Key-words

ESG; Sustainability; oil & gas; environmental responsibility; Petrobras; sustainable development.

Sumário

1. O tema e o problema de estudo	1
1.1. Introdução ao tema e ao problema do estudo	1
1.2. Objetivo do estudo	2
1.3. Objetivos intermediários do estudo	2
1.4. Delimitação e foco do estudo	3
1.5. Justificativa e relevância do estudo	3
2. Revisão de Literatura	5
2.1. Impacto Ambiental	5
2.2. Desenvolvimento Sustentável	7
2.3. ESG	21
3. Metodologia	24
4. Análises dos Dados Coletados	26
4.1. A Petrobras	26
4.2. Impacto da pandemia do covid-19	27
4.3. Relatórios de Sustentabilidade da Petrobras	29
4.3.1. Ambiental	29
4.3.2. Social	32
4.3.3 Governança	35
5. Conclusões e Considerações Finais	39
Referências Bibliográficas	42
Apêndice	44

Lista de figuras

Figura 1: Comparação entre as florestas primárias e sua situação atual	6
Figura 2: Evolução da emissão de CO2	6
Figura 3: Tripé da Sustentabilidade	13
Figura 4: Emissão de CO2 no mundo por país	15
Figura 5: Princípios do Pacto Global	18
Figura 6: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	19
Figura 7: Principais Indicadores Financeiros da Petrobras	27
Figura 8: Metas Ambientais da Petrobras – Parte 1	30
Figura 9: Metas Ambientais da Petrobras – Parte 2	31
Figura 10: Evolução do Efetivo e Tempo de Companhia	35
Figura 11: Estrutura de Governança	36
Figura 12: Mecanismo de Combate a Corrupção	37
Figura 13: Melhoria e Reavaliação de Processos para Combate a Corrupção	38

Lista de Tabelas

Tabela 1: A Evolução da Sustentabilidade Empresarial	8
Tabela 2: Investimento Social	33
Tabela 3: Quadro de Diversidade da Petrobras	33
Tabela 4: Quadro de Diversidade Feminina da Petrobras	34

1. O tema e o problema de estudo

1.1.Introdução ao tema e ao problema do estudo

A sigla ESG, *Environmental, Social and Governance*, que pode ser traduzido para o português, como “*governança corporativa, social e ambiental*”, propõe uma visão organizacional global, através da consolidação destes 3 pilares, em boas práticas a serem executadas pelas empresas, tendo como base uma consciência sustentável nos âmbitos sociais, ambientais e em sua gestão empresarial.

O termo surge em 2004, durante a publicação do relatório do Pacto Global em parceria com o Banco Mundial, que se intitula “*Who Cares Wins*”, em português, “*quem se importa ganha*”, durante um questionamento do então secretário-geral da ONU, *Kofi Annan* (1938-2018), ao mundo empresarial, sobre sua coexistência no mundo e como reduzir o seu impacto.

Para Palma (2009), foi só com a decorrência dos problemas ambientais intensificados durante o século XXI e observados em todo o planeta, que começa a surgir de forma efetiva, uma série de eventos que contribuíram para a tomada de consciência ambiental.

Desde então, o ESG cresceu e se tornou a referência para a tomada de decisão dos stakeholders. Segundo pesquisa recente, cerca de 77% dos investidores dizem que pretendem parar de comprar produtos não ESG, nos próximos anos (PWC 2022).

Devido a essa alta demanda dos investidores, diversas empresas passaram a investir com grande atenção em práticas ESG, como aponta o estudo da Deloitte de 2020, em que 74% das empresas brasileiras buscavam investir na área e buscavam conscientizar seus colaboradores a respeito do tema, já os fundos de investimentos em ESG captaram cerca de R\$ 2,5 bilhões acompanhando tal tendência (Morningstar 2020).

Durante esse movimento de alto crescimento nos investimentos em ESG, no fim de 2019 e início de 2020, o Brasil e o mundo entraram em estado de quarentena com a pandemia do vírus Sars-CoV-2, que afetou diretamente a vida dos consumidores, seus hábitos de compra e conseqüentemente as empresas.

Durante esse período foi possível identificar aumento de indicadores econômicos básicos como desemprego e inflação como consequência do modelo de *lockdown*. Uma vez que empresas e famílias tiveram suas receitas comprometidas, não era possível honrar seus compromissos, e vários setores tiveram redução nos investimentos e adotaram medidas para reduzir custos. E mesmo com políticas públicas buscando aliviar tais impactos, o mundo todo acabou sendo afetado.

No Brasil, cerca de 62% das empresas foram afetadas negativamente pela pandemia, dentre eles o setor de serviços foi o mais impactado com 65%. Além disso, cerca de 33% das empresas tiveram sua falência diretamente relacionada aos impactos do coronavírus (IBGE 2021).

A partir deste ponto de inflexão e o contexto apresentado, temos a seguinte pergunta de pesquisa: Como se mantiveram os investimentos no momento de crise da pandemia do covid-19 na Petrobras?

1.2.Objetivo do estudo

Este trabalho tem como objetivo, analisar os investimentos em ESG, da empresa Petrobras, buscando compreender o comportamento empresa durante o período de crise da covid-19, utilizando como base secundária, seu relatório anual de sustentabilidade nos anos 2020 a 2023.

1.3.Objetivos intermediários do estudo

- Analisar os relatórios de sustentabilidade de 2020 a 2023;
- Identificar mudança nas métricas e prazos traçadas anteriormente pela empresa.

1.4. Delimitação do estudo

Esta pesquisa, está delimitada a analisar os relatórios anuais de Sustentabilidade da Petrobras durante o período de 2020 a 2023. Período este em que está retratado seus resultados e ações em um contexto pré pandemia, e o cenário pós impactos causados por ela. Sendo possível analisar como foi a gestão da empresa no que tange o ESG no período, e se houve redução nos planos traçados anteriormente.

Por fim, este estudo também tem como foco estudar e analisar a empresa utilizando os 3 tripés que representam o ESG, o Ambiental, o Social e a Governança como critério, que por mesmo que cada uma individualmente represente uma ampla e diversa área de investimento e ações, apenas com a análise das 3 em conjunto, é possível ter uma visão geral da empresa.

1.5. Relevância do estudo

As áreas de estudo do ESG são apontadas como o futuro das empresas quando pensamos no ambiente interno das organizações e nos quesitos de contratação, manutenção de talentos, entre outros; mas também, o seu impacto no relacionamento com os players do ambiente externo, na preocupação com o meio ambiente, com o papel das empresas na sociedade e do local onde elas estão inseridas.

Como apontado pelo precursor da sigla ESG, *Kofi Annan* (1938-2018), as empresas possuem um papel fundamental no desenvolvimento local e do país, e através do ESG, são capazes de impactar positivamente o desenvolvimento da sociedade direta e indiretamente. Tal importância da temática nos dias atuais, reforça a necessidade de investigações e pesquisar a cerca do tema, que hoje já representa milhões em investimento na Petrobras e no mundo.

Por fim, o estudo investiga como se manteve a importância desse tema para a Petrobras, mesmo durante um cenário tão adverso como foi nesse recorte recente, possibilitando compreender o real grau de engajamento da empresa com a temática. Ao retratar também os desafios e práticas, o estudo se mostra relevante as empresas que fazem investimento em ESG, as empresas do setor

de Óleo & Gás, a acadêmicos da temática, e para a sociedade cível, por se tratar de uma empresa pública que tem como principal acionista a população brasileira.

2 Revisão da Literatura

2.1. Impacto ambiental

Para Tachizawa (2002), os prejuízos causados ao meio ambiente têm origem na Revolução Industrial durante o século XVIII, com modelos de negócio baseado exclusivamente na maximização produtiva ao menor custo possível, desprezando qualquer eventual impacto tanto ambiental quanto social. Nesse período era comum o descarte de resíduos em rios e oceanos, e a utilização desenfreada de insumos naturais extraídas do meio ambiente, pois não havia nenhum entendimento sobre seus impactos futuros.

Há de se ressaltar que tal período, foi marcado principalmente pelo grande desenvolvimento econômico mundial, causado pelas grandes indústrias que surgiam, e pelo desenvolvimento tecnológico que contribuía para o aumento da qualidade de vida, mascarando a percepção de qualquer impacto ambiental já percebido nas regiões produtivas (SOUZA, 2008).

Para Nascimento (2012), o mundo foi aos poucos se tornando insustentável pois ali se iniciava um ciclo de consumo de recursos não renováveis que não serão restituídos. Destaca também o êxodo rural e a concentração populacional em novas metrópoles, e o aumento do consumo e produção de lixo em quantidades maiores de que o planeta conseguia absorver.

Para Goldemberg e Barbosa (2004), após três séculos desde a revolução industrial, os estudos sobre o impacto ambiental só foram levantados na década de 1960. Entre esses estudos e projetos destacam-se a poluição atmosférica, a poluição de rios e mares, e por fim o desmatamento de florestas e ecossistemas completos.

Segundo dados apresentados pela Embrapa, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, cerca de 75% de todas as florestas mundiais já

desapareceram, e o Brasil que possuía 9,8% das florestas globais, agora possui 28,3% representado quase que em sua totalidade pela Amazonia.

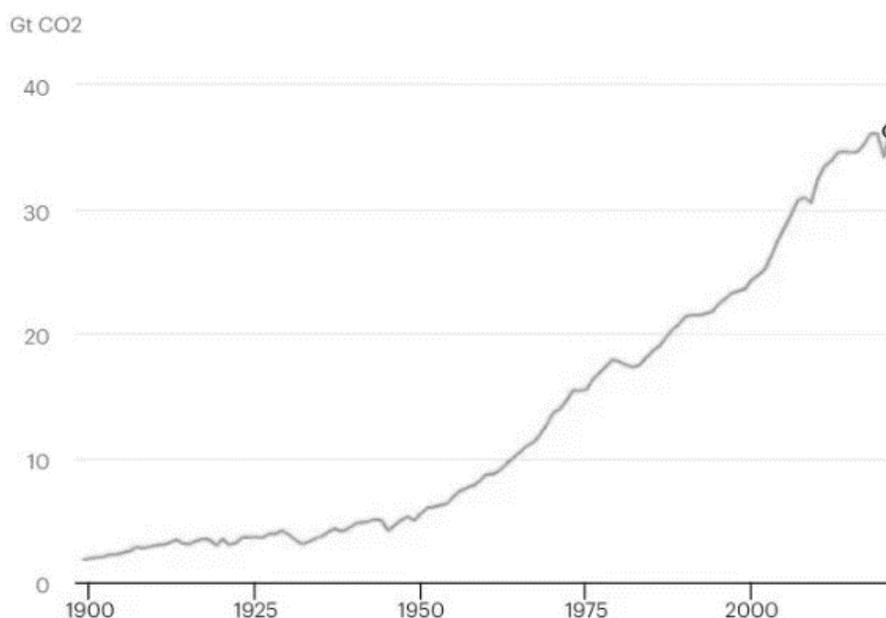
Figura 1 – Comparação entre as florestas primárias e sua situação atual

REGIÃO	8.000 ANOS ATRÁS		CENÁRIO ATUAL	
	Km ²	%	Km ²	%
ÁFRICA	6.799.000	100	527.000	7,8
ÁSIA	15.132.000	100	844.000	5,6
AMÉRICA DO NORTE	10.877.000	100	3.737.000	34,4
AMÉRICA CENTRAL	1.779.000	100	172.000	9,7
AMÉRICA DO SUL	11.709.000	100	6.412.000	54,8
RÚSSIA	11.759.000	100	3.448.000	29,3
EUROPA	4.690.000	100	14.000	0,3
OCEANIA	1.431.000	100	319.000	22,3
MUNDO	64.176.000	100	15.473.000	24,1
BRASIL	6.304.000	100	4.378.000	69,4

Fonte: Embrapa (2013)

A partir do cenário de grande desmatamento das florestas nativas, o planeta perde a capacidade de compensar as emissões de CO₂ (Dióxido de Carbono ou Gás Carbônico) consumido durante o processo de fotossíntese. O Gás Carbônico é o principal composto gerado nos processos industriais e na combustão de energia. Ele também está diretamente associado ao efeito estufa.

Figura 2 – Evolução da emissão de CO₂



Fonte: Agência Internacional de Energia – IEA (2021)

O Efeito Estufa é um efeito natural, em que a concentração do CO₂ e outros gases presentes na atmosfera retem parte do calor emitido pelo sol, o impedindo de se dispersar, gerando um aumento de temperatura. Tal fenômeno é um dos responsáveis pela vida no planeta como ela é hoje, porém com o aumento das emissões dos gases do efeito estufa, este processo tem se intensificado, gerando um aumento na temperatura global e causando mudanças climáticas.

Durante a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas de 2016 (COP21), foi assinado o Acordo de Paris, em que 195 países concordaram com o objetivo de mitigar os impactos da ação humana sobre as mudanças climáticas mantendo o aumento da temperatura média global a patamares pré-industriais, através da redução nas emissões de CO₂. Segundo dados do IPCC, cerca de 90% das alterações climáticas foram causadas pelo homem, e com o aumento da temperatura média global de 2°C a 3°C, ocorreria a elevação do nível dos oceanos iria ocorrer em função do derretimento das geleiras do Ártico e Antártida.

Segundo o relatório *Think Tank* elaborado pela Chatham House, para subsidiar os debates dos líderes mundiais na COP26 em 2021, as emissões de CO₂ alcançaram seu maior patamar na história em decorrência a pandemia de Covid-19, e 5 anos após o Acordo de Paris, caso não haja uma redução drástica nas emissões até 2040 e 2050 os danos ao meio ambiente serão irreversíveis. O relatório enfatiza a importância de conter o aquecimento global para a manutenção da vida como é conhecida.

2.2. Desenvolvimento Sustentável

A Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento (1983), definiu desenvolvimento sustentável como sendo “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades”.

Com o passar dos anos e a importância crescente do meio ambiente nas políticas públicas e debates globais, e com a corroboração de grupos científicos, as empresas começaram a se movimentar em como se adequar, não somente as leis locais em que estão inseridas, mas as novas demandas de Stakeholders e a

busca do equilíbrio de crescimento e desenvolvimento da empresa, com o impacto ambiental causado.

Para Sobral e Peci, a sustentabilidade socioambiental, assumiu um papel determinante para a busca do equilíbrio entre o crescimento da empresa e sua operação, para com o seu impacto no meio ambiente.

- **Evolução da Sustentabilidade Empresarial**

Para Barbieri (2007), Sustentabilidade Empresarial pode ser entendida como um conjunto de diretrizes e atividades administrativas e operacionais, que com o planejamento, direção, controle, alocação de recursos, tem o objetivo de obter efeitos positivos sobre o meio ambiente, podendo obter uma redução ou até eliminação dos danos e problemas causados pelas ações humanas

Tabela 1 – A evolução da Sustentabilidade Empresarial

Anos 1950 e 1960	Ignorância total Há pouco ou nenhum entendimento das empresas acerca de seus impactos socioambientais. O tema em si ainda é assunto marginal nos meios acadêmicos e políticos.
Anos 1970	Adaptação resistente As empresas se opõem ao endurecimento da regulação sobre assuntos socioambientais, entendendo que são limites ao seu crescimento, mas buscam desenvolver capacidade para atender às novas obrigações de forma a manter a licença legal para operar.
Anos 1980	Além da obrigação As empresas líderes começam a ver benefícios em ir além da legislação. Multinacionais estendem suas práticas socioambientais da matriz para países onde a legislação é mais leniente. As práticas de prevenção à poluição e ecoeficiência começam a gerar também ganhos econômicos.
Anos 1990	Mudança de rumo A institucionalização das questões socioambientais, junto ao aprimoramento tecnológico, oferece novas oportunidades às empresas. Indicadores de sustentabilidade e certificações voluntárias se espalham, assim como práticas de diálogo com <i>stakeholders</i> , análise de ciclo de vida dos produtos e ecodesign.
Ano 2000 em diante	Parcerias para um novo modelo de gestão O conceito de sustentabilidade corporativa se consolida como uma abordagem de gestão, fazendo com que inúmeras empresas mensurem seus impactos, inovem seus processos e produtos, dialoguem e prestem contas a seus <i>stakeholders</i> , bem como influenciem sua cadeia de valor na adoção da agenda.

Fonte: The Reference Compendium on Business and Sustainability, University of Cambridge Programme for Industry, 2004 (interpretação e adaptação Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável).

- **Conferência de Estocolmo**

A Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento e Meio Ambiente Humano ocorreu entre os dias 5 a 16 de junho de 1972, sediada em

Estocolmo, reuniu chefes de Estado de 113 países, além de diversas organizações internacionais governamentais e não governamentais, observadores e jornalistas. Sendo pautada por temas como poluição atmosférica e consumo excessivo dos recursos naturais. A partir dela, o dia 5 de junho ficou designado como Dia Mundial do Meio Ambiente.

A Conferência é amplamente reconhecida como um marco histórico por ser tratar do primeiro grande encontro internacional com representantes de diversas nações para discutir os problemas ambientais., e também por ter inaugurado a busca por equilíbrio entre desenvolvimento econômico e redução da degradação ambiental (poluição urbana e rural, desmatamento, etc), que mais tarde evoluiria para a noção de desenvolvimento sustentável.

A Conferência de Estocolmo em 1972 contribui de maneira importante para gerar um novo entendimento sobre os problemas ambientais e a maneira como a sociedade provê sua subsistência. Todos os acordos ambientais multilaterais que vieram depois procuraram incluir esse novo entendimento a respeito das relações entre o ambiente e o desenvolvimento. Talvez uma das suas principais contribuições tenha sido a de colocar em pauta a relação entre meio ambiente e formas de desenvolvimento, de modo que, desde então, não é mais possível falar seriamente em desenvolvimento sem considerar o meio ambiente e vice-versa. Da vinculação entre desenvolvimento e meio ambiente é que surge um novo conceito de desenvolvimento denominado de desenvolvimento sustentável. (BARBIERI, 2004, p. 29 e 30).

Na Conferência, além da poluição atmosférica que já preocupava a comunidade científica, foram tratadas a poluição da água e a do solo provenientes da industrialização e a pressão do crescimento demográfico sobre os recursos naturais. (Ribeiro, 2001).

O debate durante as sessões foi inflamado pela necessidade de adoção de um novo modelo de desenvolvimento econômico. Algo que conciliasse o uso das reservas naturais não renováveis, como o petróleo, ao mesmo tempo que não reduzisse o crescimento econômico.

Mais um debate que norteou a Conferência foi o intenso debate político entre os países, os países considerados desenvolvidos defendiam uma redução no crescimento econômico para preservar o meio ambiente imediatamente a

qualquer custo, já os em desenvolvimento aceitavam a degradação dos seus biomas como consequência para o desenvolvimento e colocavam a preocupação ambiental como uma preocupação para o futuro.

A Conferência teve como desdobramentos a elaboração da Declaração de Estocolmo, o documento contém 8 metas e 26 princípios que representam um manifesto ambiental que ainda é válido. Ao abordar a necessidade de “inspirar e guiar os povos do mundo para a preservação e a melhoria do ambiente humano”, o documento estabeleceu as bases para a nova agenda ambiental do Sistema das Nações Unidas.

Entre os princípios estabelecidos no documento final estão:

- Os recursos naturais devem ser preservados em benefício das gerações presentes e futuras;
- O desenvolvimento econômico e social é indispensável para assegurar ao homem um ambiente de vida e trabalho favorável e para criar na terra as condições necessárias de melhoria da qualidade de vida;
- É indispensável um esforço para a educação em questões ambientais, dirigida tanto às gerações jovens como aos adultos e que preste a devida atenção ao setor da população menos privilegiado;
- Todos os países devem ocupar-se com espírito e cooperação e em pé de igualdade das questões internacionais relativas à proteção e melhoramento do meio ambiente;
- É preciso livrar o homem e seu meio ambiente dos efeitos das armas nucleares e de todos os demais meios de destruição em massa.

(Conferência de Estocolmo, 1972)

O impacto da Conferência no mundo foi tão grande, que meses depois da Conferência, em dezembro de 1972, a Assembleia Geral da ONU criou o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), a principal autoridade global que determina a agenda ambiental, promove a implementação coerente da dimensão ambiental do desenvolvimento sustentável no sistema das Nações Unidas e serve como autoridade defensora do meio ambiente no mundo.

• **Relatório de Brundtland**

Elaborado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, o documento chamado Nosso Futuro Comum (1987), de autoria, na época, da Primeira-Ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland.

Para Brundtland (1987), a incompatibilidade entre desenvolvimento sustentável e os padrões de produção e consumo, trazendo à tona mais uma vez a necessidade de uma nova relação “ser humano-meio ambiente”. Ao mesmo tempo, esse modelo não sugere a estagnação do crescimento econômico, mas sim essa conciliação com as questões ambientais e sociais.

Para Simões (2008), o Relatório de Brundtland implica em compreender também que é necessário: priorizar às necessidades essenciais daqueles que mais precisam no mundo, enxergar o impedimento do meio ambiente em atender às necessidades presentes e futuras, considerando as limitações da tecnologia e da organização social, promover valores que mantenham padrões de consumo dentro dos limites das possibilidades ecológicas, aceitar que o desenvolvimento sustentável é incompatível com a crença desenfreada nas possibilidades da tecnologia e com a exposição dos sistemas naturais ao risco.

O relatório indicou que a pobreza dos países do terceiro mundo e o consumismo elevado dos países do primeiro mundo eram causas fundamentais que impediam um desenvolvimento igualitário no mundo e, conseqüentemente, produziam graves crises ambientais. Também trazia ainda dados sobre o aquecimento global, as chuvas ácidas e a destruição da camada de ozônio, temáticas novas para o momento de seu lançamento, inclusive sugerindo à ONU a necessidade da realização de uma nova conferência internacional para avaliar esses e outros grandes impactos sofridos pelo meio ambiente nos anos anteriores, como perda da biodiversidade e ocorrências de desastres ecológicos de responsabilidades industriais. E ainda foi a primeira tentativa de estabelecer uma série de metas a serem seguidas por nações de todo o mundo para evitar o avanço das destruições ambientais e o desequilíbrio climático.

Entre as medidas apontadas pelo relatório, constam soluções, como:

- Diminuição do consumo de energia;
- Limitação do crescimento populacional;
- Garantia de recursos básicos (água, alimentos, energia) a longo prazo;
- Preservação da biodiversidade e dos ecossistemas;
- Diminuição do consumo de energia e desenvolvimento de tecnologias com uso de fontes energéticas renováveis;
- Aumento da produção industrial nos países não-industrializados com base em tecnologias ecologicamente adaptadas;

- Controle da urbanização desordenada e integração entre campo e cidades menores;
- Atendimento das necessidades básicas (saúde, escola, moradia);
- O desenvolvimento de tecnologias para uso de fontes energéticas renováveis e o aumento da produção industrial nos países não-industrializados com base em tecnologias ecologicamente adaptadas.

(Nosso Futuro Comum, 1987)

O relatório Brundtland conclui que o desenvolvimento sustentável é um processo de mudança no qual a exploração dos recursos, a orientação dos investimentos, os rumos do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional devem estar de acordo com as necessidades atuais, mas também futuras.

• Triple Bottom Line

John Elkinton (1997), é conhecido como o “Pai da Sustentabilidade” pela grande contribuição ao longo dos anos sobre o tema, e por ser pioneiro em ações e métricas utilizadas por empresas até hoje. O autor da métrica *Triple Bottom Line*, em português Tripé da Sustentabilidade ou também TBL, propõe que uma empresa deve ser avaliada não apenas no viés financeiro, mas também no viés econômico e na sustentabilidade, unindo em um tripé sustentável o Lucro, as Pessoas e o Planeta. O Termo surge em sua publicação *Cannibals With Forks: The Triple Bottom Line of 21st Century Business*, em 1997.

O Triple Bottom Line apresenta-se de uma maneira disruptiva por se diferenciar dos outros modelos de gestão da época, indo além das medidas e análises tradicionais sobre o lucro e seus indicadores, mas inclui as dimensões ambientais e sociais. Com essa abordagem, o grande desafio passa ser reconhecer os impactos negativos causados pela atividade da empresa, e trabalhar para que esses impactos sejam em sua maioria resolvidos ou mitigados, gerando benefícios para todas as partes envolvidas.

Segundo Mahoney e Potter (2004), o Triple Bottom Line, é usado como uma estratégia para planejar, monitorar e medir o desenvolvimento sustentável, além de minimizar os impactos negativos resultantes das ações empresariais. Por meio da ótica dos 3 P's (*People, Planet e Profit*).

Para Slaper e Hall (2011), o conceito mudou a maneira como as organizações em geral, sejam elas empresas, governos ou até mesmo organizações sem fins lucrativos, devem medir o desempenho de suas atividades primárias ou ações de sustentabilidade. Porém, para os autores ainda existem desafios para a medição de cada uma das dimensões do tripé da sustentabilidade, a falta de disponibilidade de informações úteis, a dificuldade da avaliação de um projeto ou política de sustentabilidade, são exemplos.

As dimensões que formam o tripé da sustentabilidade, segundo o autor, representadas na Figura 4, são as seguintes:

- People (social): Refere-se ao tratamento do capital humano de uma empresa ou sociedade
- Planet (ambiental): Refere-se ao capital natural de uma empresa ou sociedade
- Profit (econômico): Trata-se do lucro. É o resultado econômico positivo de uma empresa”

(DIAS, 2011, p. 46).

Figura 3 – Tripé da Sustentabilidade



Fonte: *Cannibals With Forks: The Triple Bottom Line of 21st Century Business*, John Elkington (1997).

Ainda segundo Elkington, por mais que o TBL possa ser amplamente utilizado, muitas vezes é mal interpretado e incorretamente utilizado. É comum algumas empresas confundem o termo sustentabilidade com um ato de, por exemplo, contratar uma empresa para fazer a coleta do lixo produzido, ou fazerem

algum trabalho filantrópico. O autor rebate duramente essa visão, mostrando que a sustentabilidade deve ser vista como uma agenda global, na qual mudanças econômicas e políticas possam ser realizadas em prol da sociedade e do meio ambiente mediante a modelagem de um novo mercado, pensando principalmente nas gerações futuras.

Em sua publicação, Elkington também cita o surgimento de um Novo Mercado, tímido, porém em crescimento, em que as empresas mais sustentáveis, ou seja, aquelas que se preocupam com variáveis que possam impactar o seu negócio e que efetivamente contribuem para a preservação da vida para as gerações futuras, são mais valorizadas quando comparadas com aquelas que não têm esse tipo de postura. Comprovada anos depois com a criação de alguns índices de sustentabilidade utilizados por investidores em busca de oportunidade de investimento priorizando empresas que foram classificadas como mais seguras e confiáveis.

- **Protocolo de Quioto**

O Protocolo de Quioto foi o primeiro tratado vinculante, de direito internacional criado em 1997, a partir da assinatura de 183 países, responsáveis por mais de 55% das emissões globais de CO₂. Tal acordo foi elaborado na terceira Conferência das Partes (COP), órgão supremo da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas na cidade de Quioto no Japão, e tem como objetivo a redução da emissão dos gases que produzem o Efeito Estufa, principal responsável pelo Aquecimento Global.

Há registros de pesquisadores que procuravam comprovar a correlação do aumento de temperatura do planeta com a concentração de dióxido de carbono na atmosfera, têm início no século XIX, porém foi só em 1987 com o desenvolvimento do Relatório de Brundtland que a temática passou a ser debatida entre os países.

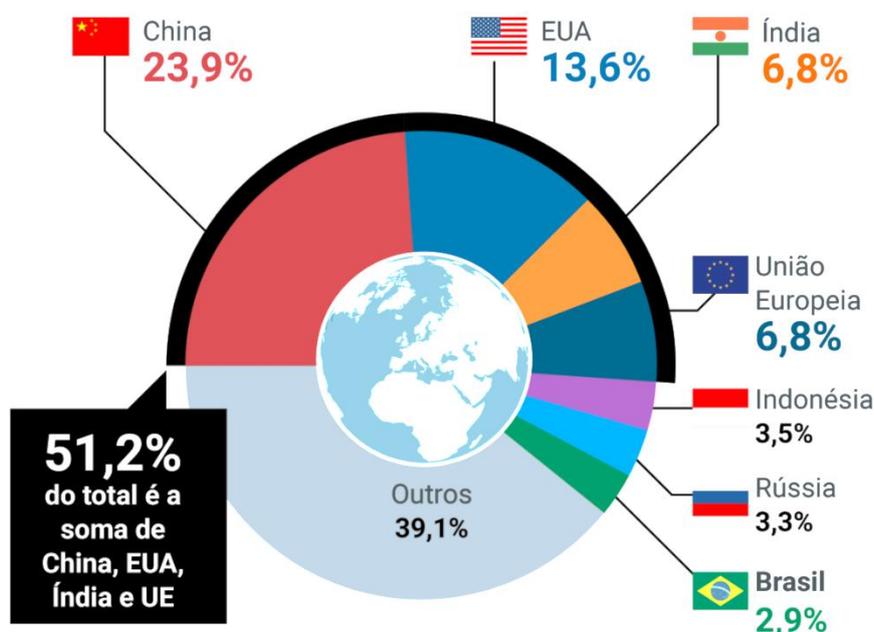
A partir do problema apresentado por Brundtland, a resposta inicial dos países em relação a ameaça do aquecimento global foi no primeiro Quadro da Convenção sobre Mudanças Climáticas (FCCC), que surgiu no Rio de Janeiro em 1992, evento conhecido como Rio-92 ou Cúpula da Terra. O evento foi

responsável por pautar as conferências futuras a partir dos debates dos temas apresentados, e por apresentar a Agenda 21, um plano de ação desenvolvido para que os países pudessem elaborar e implementar medidas voltadas ao desenvolvimento sustentável, seguindo as seguintes frentes: Conservação Ambiental, Justiça Social e Crescimento Econômico.

Porém com o passar dos anos, foi notado que não houve avanços significativos de medidas políticas nos países participantes da Conferência. Além disso, alguns países estavam experimentando um crescimento rápido das emissões de CO₂, acompanhado de um forte crescimento econômico. Isso levou os defensores de fortes medidas políticas a prosseguirem com as reuniões, o que levou ao Protocolo de Quioto em 1997 (NORDHAUS e BOYER, 1999).

O Protocolo exige que os países mais industrializados, responsáveis pela maior geração de gases de efeito estufa, restrinjam suas emissões com base nos níveis de 1990, estabelecendo sanções para os não cumpridores. Porém para os países em desenvolvimento, não foram estabelecidas metas de controle de emissões, o que gerou grande debate entre os líderes.

Figura 4 – Emissões de CO₂ no mundo



Fonte: Poder 360, a partir de dados da *Climate Watch* (2018).

Ainda nos termos do tratado, os países devem cumprir os seus objetivos essencialmente através de medidas nacionais, mas também foram desenvolvidas formas adicionais de cumprirem seus objetivos através de três mecanismos baseados no mercado:

- Comércio de Emissões.
- Desenvolvimento Limpo (MDL).
- Implementação Conjunta (IC).

O Comércio de Emissões, estabelecido no artigo 17 do Protocolo de Quioto, permite que os países que possuem crédito em suas emissões permitidas, vendam esse excesso de capacidade para países que emitem além de suas metas. Criando uma nova commodity na forma de reduções de emissões, esse mecanismo é conhecido como “mercado de crédito de carbono”.

O mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), definido no artigo 12 do Protocolo de Quioto. Propõe aos países industrializados a troca da redução das emissões de gases em seus territórios por investimentos em projetos de energia renovável e de absorção de carbono, em países em desenvolvimento. Aos países que tiverem essa iniciativa serão conferidos “créditos de carbono” ou aumento permitido de suas cotas de emissão.

O mecanismo Implementação Conjunta (IC) está definido no artigo 6º do Protocolo de Quioto, e permite que um país com o compromisso de redução ou limitação de emissões ganhe crédito de emissões a partir de um projeto de restrição de emissões em algum país em desenvolvimento.

Apenas em 2005, o Protocolo entrou em vigor, meses após a adesão da Rússia responsável por 17,4% das emissões globais, completando o mínimo de países que representam pelo menos 55% das emissões dos gases de efeito estufa, conforme dispunha o documento. A China e os Estados Unidos, maiores emissores mundiais com 37,5%, negaram-se a aderir sob o argumento de que isso afetaria significativamente sua economia. A não adesão dos principais poluidores fez com que alguns especialistas vissem o Protocolo como pouco eficaz e frágil. (CONTI, 2005).

- **Pacto Global**

Em uma época marcada pela globalização, com grandes empresas globais com valor de mercado superior ao PIB de diversos países, a Organização das Nações Unidas buscou, no atual século, se aproximar cada vez mais do setor privado. Abordando principalmente a importância dessas organizações para o desenvolvimento ambiental, social, político e cultural.

Lançado em 2000, o Pacto Global, surge da maturação de uma ideia desenvolvida pelo próprio ex-secretário da ONU Kofi Annan em 1997, em um contexto do recém desenvolvido Protocolo de Quioto. Mas para Annan, algo primordial estava sendo deixado de lado naquela conversa entre os líderes mundiais, as empresas, que para o autor possuem um papel importante no desenvolvimento econômico, social e ambiental.

O Pacto Global é uma iniciativa voluntária, que visa estimular a participação das empresas sobre o tema da sustentabilidade e inclusão, envolvendo os temas relacionados aos direitos humanos, condições de trabalho e teletrabalho e combate à corrupção. Com o objetivo de promover a coparticipação para o desenvolvimento de um direcionamento comum as empresas, além de contribuir para uma economia global sustentável, e ajudando no fortalecimento de outros atores sociais.

O Pacto se baseia na Declaração Universal de Direitos Humanos, Declaração da Organização Internacional do Trabalho sobre Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho, elaborado na Conferência do Rio-92 sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e a Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção. Atualmente, o Pacto Global é composto pela própria ONU, empresas de diversos setores e seus sindicatos, organizações não governamentais voltadas a temática, e outras instituições. Seus 10 princípios básicos são:

Figura 5 – Princípios do Pacto Global



Fonte: Pacto Global (2023)

Embora não possua métodos de verificação dos princípios implementados pelos membros participantes, o Pacto Global ainda é visto com muita importância, pois a iniciativa não é pensada como um instrumento de regulação, e sim um local para o desenvolvimento e compartilhamento de boas práticas em torno de um objetivo comum.

- **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**

A Agenda 2030, intitulada Transformando Nosso Mundo: Agenda 2030 para desenvolvimento sustentável, é um plano definido pela ONU em 2015, que, além de reafirmar os compromissos assumidos nas conferências anteriores, estende a abrangência das questões já tratadas; buscando identificar as lacunas ainda existentes e clarificar as diretrizes para a promoção do desenvolvimento sustentável.

Nessa mesma publicação, surgem os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, os ODS, que visam induzir e conscientizar toda a sociedade a um desenvolvimento sustentável, diminuindo assim a pobreza, promovendo a prosperidade, o bem-estar e protegendo o meio ambiente, tendo como marco temporal de conclusão 2030.

Segundo Sachs (2004) a correlação entre a civilização humana e a natureza é marcada por escalas espaciais e temporais de evolução distintas, para o autor o desenvolvimento sustentável incorpora cinco dimensões da sustentabilidade: social, econômica, ecológica, espacial e cultural, e aponta que o desenvolvimento

sustentável deveria ser “socialmente incluyente, ambientalmente sustentável e economicamente sustentado no tempo” (SACHS, 2004, p.10).

Figura 6 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



Fonte: Organização das Nações Unidas - 2023

Por sua vez, estes Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) fazem parte de um plano de ação elaborado de forma conjunta por 193 países no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU). O plano chamado Agenda 2030 elabora uma nova política global e passa a ser adotada pela comunidade internacional. Em sua concepção os ODS foram embasados nos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), que entre outras coisas objetivavam “acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares” (GUIMARÃES; SERAFIM, 2018, p.99).

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são um apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade. Estes são os objetivos para os quais as Nações Unidas estão contribuindo a fim de que possamos atingir a Agenda 2030

(ONU, 2023)

- **ISO 14000**

A ISO (International Organization for Standardization), é uma organização internacional não governamental independente, composta por 169 órgãos nacionais de padronização, atualmente é formada por mais de 130 países membros, representada no Brasil pela Associação Brasileira de Normas Técnicas

(ABNT). Através de seus membros reúne especialistas para partilhar conhecimentos e desenvolver normas. Além disso, conta com 824 Comitês Técnicos e subcomitês, atuando nas mais diversas áreas do saber.

A série de normas ISO 14000 foi lançada em 1996 e estabelece os critérios para um sistema de gestão ambiental e pode ser certificada. Ele traça uma estrutura que uma empresa ou organização pode seguir para estabelecer um sistema de gestão ambiental eficaz. Atualmente possui mais de 300 mil organizações certificadas em 171 países.

Segundo Nascimento (2012), para que uma organização obtenha a certificação ambiental, ela deve cumprir três requisitos da norma ISO 14001:

- Ter implementado um Sistema de Gestão Ambiental.
- Cumprir a legislação ambiental aplicável ao local da instalação.
- Assumir um compromisso com a melhoria contínua de seu desempenho ambiental.

Ainda para Nascimento, a ISO 14000 é um excelente sistema de normalização, porém abrangente, portanto, é comum encontrar empresas que obtêm tal certificação pensando unicamente no ganho competitivo, ou para se igualar a um concorrente que possui a certificação. E isto ocorre principalmente por a certificação não oferecer critérios de resultados nos processos ou estabelecer parâmetros de desempenho esperado.

• **Relatório de Sustentabilidade e o GRI**

Para Ribeiro e Lisboa (1999), o relatório de sustentabilidade, aborda principalmente interação dos dados demonstrados, com os elementos que a cercam ou que contribuem para a sua existência, onde o meio ambiente natural, a comunidade e economia local são protagonistas.

Com a importância da Sustentabilidade crescente ano a ano, as empresas listadas na bolsa começaram a desenvolver seus relatórios de sustentabilidade para seus stakeholders. Neles é possível observar diversos indicadores, mensagens de seus gestores, e as principais ações da empresa nas áreas de Ambiental, Social e Governança.

Prezando para um maior suporte aos dados apresentados nos Relatórios de Sustentabilidade, é criado em 1997 o GRI (*Global Reporting Initiative*), oriundo da parceria entre o Programa Ambiental da ONU (Organização das Nações Unidas) e a Ceres (*Coalition for Environmentally Responsible Economies*) uma coalizão composta por mais de 130 ONG's, com o objetivo de desenvolver recomendações padronizadas para o desenvolvimento dos relatórios de sustentabilidade.

2.3. ESG

Como definido por Kofi Annan (2004), o ESG, Environmental, Social and Governance, propõe uma visão organizacional global, através da consolidação destes 3 pilares, em boas práticas a serem executadas pelas empresas em sua operação, tendo como base uma consciência sustentável nos âmbitos sociais, ambientais e em sua gestão empresarial.

O ESG, surge em 2004, durante a publicação do relatório do Pacto Global em parceria com o Banco Mundial, que se intitula "*Who Cares Wins*", em português, "*quem se importa ganha*", durante um questionamento do então secretário-geral da ONU, *Kofi Annan* (1938-2018), ao mundo empresarial, sobre a coexistência no mundo, das empresas com o meio ambiente, a sua relação e suas consequências.

O crescimento recente da temática ESG é caracterizado por alguns acontecimentos no Brasil, entre eles se destacam a percepção da população acerca das questões ambientais devidos aos aumentos de incidentes climáticos graves. As crises políticas e institucionais em torno da temática de corrupção e da falta de transparências em processos. E a exigência da responsabilização das empresas por parte da sociedade civil a respeito de temas sociais em casos de consumidores e colaboradores.

Para Giz (2022) os âmbitos de atuação dos pilares em ESG, estão separados da seguinte forma, os fatores ambientais incluem preocupações relacionadas a área ambiental de uma empresa, a necessidade de preservação do meio ambiente e da biodiversidade, a política e a gestão ambiental de produtos ou serviços e a necessidade de reduzir as emissões. Os fatores sociais englobam

direitos dos trabalhadores, segurança, diversidade, educação, direitos humanos, acesso à saúde e desenvolvimento físico, literacia, entre outros, e a relação com a comunidade local. Já os fatores de governança referem-se ao sistema de políticas e práticas de controle empresarial, abrangendo transparência, independência dos órgãos sociais, direitos dos acionistas, combate à corrupção e organização do modelo de governança com vista ao cumprimento de objetivos de longo prazo.

Para Boffo & Patalano (2020), o recente interesse em pesquisar como as mudanças climáticas podem afetar a economia e o setor financeiro, incluindo o impacto dos eventos meteorológicos de alto risco, e seu efeito nas cadeias de suprimentos ou mercados financeiros já refletem a importância do assunto para a economia atual. E a expectativa é que fatores relacionados ao clima irão influenciar cada vez mais as sociedades e a economia. Gestores institucionais verbalizam com frequência que o impacto no pilar social é o maior desafio para ser incorporados nas avaliações.

Com o passar dos anos e o surgimento dos Relatórios Ambientais seguindo o padrão GRI, logo o investimento na área se tornou um requisito para os investidores aportarem seu capital, segundo a Morningstar, já em 2023 cerca de 70% dos investidores aplicam em fundos ESG, porém com o apoio das principais bolsas internacionais elaborando seus próprios índices de desempenho as métricas começaram a se tornar eficientes, mas ao mesmo tempo subjetivas.

Para Perroni (2023), os Investimentos ESG estão sendo incorporados cada vez mais nas decisões dos investidores pois podem melhorar a gestão de risco das carteiras sem reduzir seus retornos financeiros em relação às carteiras padrões, por assumirem uma característica de segurança. Além disso, a atenção da sociedade para temas como às mudanças climáticas, corrobora o aumento da influência das empresas que acreditam nos investimentos em ESG.

Segundo Comell e Damodaran (2020), a prática ESG é o critério de maior importância no processo decisório dos grandes investidores. E comprovam através de evidências que tais práticas reduzem seus riscos, sendo consideradas pelos investidores como seguras.

Os investimentos em ESG com o passar dos anos tem se tornado extremamente relevante para *Stakeholders*, e tal popularização é inegável, porém para muitos autores a uma grande falha na métrica do impacto dos investimentos em ESG nas empresas e no local onde elas estão inseridas.

Para Widyawati (2020), existem dois problemas principais nas métricas ESG: falta de transparência e falta de convergência. A não transparência ocorre principalmente pois os dados apresentados não possuem informações sobre os processos e metodologias, e nem a qualidade dos dados que são usados. Já a falta de convergência é representada pelas agências de classificação ESG que pontuam de maneira diferentes a mesma empresa, sem apresentar um padrão de análise.

O Fórum Econômico Mundial listou os desafios dos stakeholders para a análise dos relatórios ESG:

- Complexidade e o ônus dos relatórios ESG;
- Incomparabilidade dos dados ESG da empresa em relação às particularidades de cada tipo de indústria, sua localização e outros fatores.
- A diferença na aplicação de classificações específicas em cada empresa, essas questões fazem com que os dados se tornem incomparáveis;
- Baixa interação com agências de classificação ESG, com destaque à falta de transparência e dificuldade em se obter dados de como são feitas as avaliações e classificações ESG.

(Fórum Econômico Internacional 2019)

3. Metodologia

Neste capítulo são apresentadas as diferentes etapas presentes no trabalho, o método de pesquisa utilizado, e por fim como foi realizada a coleta de dados que compõe a pesquisa.

De acordo com Gil (2008, p.26), “pode-se definir pesquisa como o processo formal e sistemático de desenvolvimento científico. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos”.

Para Vergara (1998), A pesquisa descritiva busca expor as características de determinada população ou de determinado fenômeno. Também pode estabelecer correlações entre variáveis e definir sua natureza, mas não possui o objetivo de se comprometer a explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para tal explicação.

“A investigação explicativa tem como principal objetivo tornar algo inteligível, justifica-lhe os motivos. Visa, portanto, esclarecer quais fatores contribuem, de alguma forma, para a ocorrência de determinado fenômeno. Por exemplo: as razões do sucesso de determinado empreendimento. Pressupõe pesquisa descritiva como base para suas explicações.” (VERGARA, 1998 p.45).

Portanto, a partir do entendimento dos dois conceitos apresentados por Vergara, é possível concluir que o presente estudo utiliza a metodologia de pesquisa descritiva e explicativa, tendo como base dados primários e secundários, os quais foram coletados a partir de livros, artigos acadêmicos, revistas científicas, pesquisas na internet e Relatórios Sustentabilidade e publicações da Petrobras.

Dessa forma, entende-se que o presente estudo utiliza a natureza descritiva durante a ampla revisão teórica e conceitual sobre os principais conceitos utilizados no mundo empresarial sobre sustentabilidade, e abrange diversos fatos

teóricos que contribuíram para o entendimento para as ações de ESG que vemos hoje.

Em seguida, ao longo do desenvolvimento e análise dos dados primários e secundários obtidos, observamos a natureza explicativa, aprofundada no cruzamento de tais dados, na busca de esclarecer o objetivo a que foi elaborado o estudo.

Para dar dimensão a pesquisa, utilizamos a Petrobras como exemplo de estudo de caso, analisando seus relatórios de sustentabilidade para concluir como foi seu desempenho no período da pandemia. E para corroborar a avaliação, a pesquisa utilizou uma entrevista qualitativa com parte integrante de uma empresa parceira da Petrobras. A entrevista foi realizada em maio de 2024, com uma funcionária que a época trabalhou como coordenadora de projetos na ONG Junior Achievement Rio de Janeiro no ano de 2019 a 2020. A ONG desenvolve projetos na área de ESG conjuntamente com empresas do setor de óleo e gás.

4. Análises dos Dados Coletados

4.1. Petrobras

A Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) é uma empresa brasileira mista de capital aberto que possui ações negociadas na bolsa do Brasil, na B3, nos Estados Unidos, na Bolsa de Nova York (NYSE) e na Espanha, na Latibex. Atua de forma integrada na indústria de óleo, gás e energia, tendo expertise principalmente na exploração e produção de petróleo *offshore*, em águas profundas e ultraprofundas, sendo considerada referência mundial nesse segmento.

Fundada em 1953, teve suas operações iniciadas em 1954 com explorações *onshore*, na Bacia do Recôncavo, na Bahia, e expandindo apenas em 1968, com o descobrimento da Bacia de Sergipe e Alagoas, para explorações *offshore*. Em 1997, ocorre a promulgação da Lei do Petróleo (Lei nº 9.478) encerrando a exclusividade de exploração da Petrobras, abrindo para empresas estrangeiras e privadas.

A partir da concorrência e aperfeiçoamento tecnológico, principalmente nas explorações *offshores* de águas profundas, em 2006 é descoberto grandes reservas de petróleo na camada do pré-sal, dando início a uma nova fase exploratória e de crescimento para a empresa, que se torna referência global em explorações *offshore* em águas ultraprofundas, dada a dificuldade da exploração.

Atualmente, a empresa conta com mais de 38 mil colaboradores, e mais de 54 plataformas de produção, tendo uma produção diária de 2,7 milhões de barris de petróleo, e com reservas provadas de 10,5 bilhões de barris. A empresa também conta com 11 refinarias, 131 navios (entre próprios e afretados), 2 unidades de produção de Biocombustíveis, 14 unidades de Termelétricas e 1 unidade de geração Fotovoltaica. Tais números coloca a Petrobras entre as 20 maiores empresas do mundo no setor de oil and gas, e a líder mundial na exploração em águas ultraprofundas.

Na estrutura organizacional atual, quatro diretorias são consideradas áreas de negócio: Diretoria de Exploração & Produção (DE&P), Diretoria de Desenvolvimento da Produção (DDP), Diretoria de Refino e Gás Natural (DRGN) e Diretoria de Comercialização & Logística (DC&L).

Acompanhando as tendências do mercado a empresa passou a se categorizar como uma empresa de energia, e busca cada vez mais diversificar seu portfólio investindo fortemente em energias renováveis, principalmente a eólica offshore, na região do estado do Rio Grande do Norte.

4.2 Impactos da Pandemia do Covid-19

Analisando o impacto econômico na empresa, o modelo de *lockdown* implementado no Brasil, para a contenção da pandemia, mudou os hábitos de consumo de todos os brasileiros, empresas parceiras que faziam o refino do petróleo e grandes consumidores como empresas aéreas reduziram as suas compras. Empresas parceiras internacionais restringiram suas compras a parceiros locais estratégicos, limitando as exportações da companhia, como apresenta a tabela acima:

Figura 7 – Indicadores Financeiros da Petrobras

Principais indicadores

R\$ milhões	2020	2019	Δ 2020 / 2019 %
Receita de vendas	272.069	302.245	(10,0)
Lucro bruto	123.962	122.105	1,5
Despesas operacionais	(71.069)	(40.951)	73,5
Lucro líquido - Acionistas Petrobras	7.108	40.137	(82,3)
Lucro líquido recorrente - Acionistas Petrobras	13.244	36.954	(64,2)
Dólar médio de venda	5,16	3,95	30,6
Brent (US\$/bbl)	41,67	64,30	(35,2)

Fonte: Relatório da Administração - 2023

Com a redução da demanda, o preço do barril do Petróleo Brent, principal *commodity* vendida pela Petrobras, em alguns meses chegou a cair em até 66% em relação ao valor médio praticado em 2019. Contudo tal impacto foi mitigado pelo aumento no valor do dólar em 30%, sendo possível obter uma redução de apenas 10% da receita em relação ao ano anterior, mesmo com tanta restrição de venda.

Mais um impacto diretamente relacionado a pandemia e a redução da demanda, foi no aumento nas despesas operacional com a necessidade de armazenar o petróleo *in natura*. E mesmo que nem todos os custos da empresa estivessem diretamente atrelados ao dólar, houve um aumento de 73% nas despesas operacionais, resultando em uma grande redução de 82% no lucro líquido da empresa, o que foi brutal para a continuidade dos seus investimentos.

Além dos impactos econômicos, podemos citar o impacto na vida dos colaboradores e na execução das suas funções em um cenário muito desafiador. Para mitigar tais impactos a empresa realizou diversas medidas entre elas: Ampla testagem, com a realização de 490 mil testes nas forças de trabalho, monitoramento de saúde pré-embarque e via telemedicina, uso obrigatório de máscaras, redução de efetivo para trabalho embarcado e modelo home office para funcionários de escritório, além de ações de conscientização.

Em relação aos impactos dos projetos sociais desenvolvidos pela empresa durante o período, foi possível entrevistar um funcionário responsável a época pela coordenação do Projeto Trilha Empreendedora da ONG's parceira da Petrobras, a Junior Achievement Rio de Janeiro. O projeto tem o objetivo de levar educação empreendedora para jovens estudantes da rede pública do Estado do Rio de Janeiro, onde os funcionários das empresas parceiras, são voluntários e atuam como professores na aplicação de aulas sobre temáticas diversas sobre o mundo corporativo e contando a sua experiência profissional. O projeto era financiado pela Petrobras e outras 13 empresas do setor de óleo & gás.

Na entrevista foi possível compreender que devido a nova realidade que era imposta naquele momento com o *lockdown*, foi comum observar a redução na participação voluntária de novos funcionários que não haviam participado anteriormente, em sua maioria houve repetição de voluntários que já conheciam o projeto anteriormente e gostavam de participar. Além disso, houve a

descontinuidade de outros projetos educacionais que aconteciam durante o ano devido à falta de engajamento e divulgação do projeto.

Para o entrevistado o resultado acompanhado na Petrobras não foi diferente das demais empresas, do projeto Trilha Empreendedora, que também era do mesmo setor de atuação da empresa. E que na verdade, aquele movimento foi comum durante o período da pandemia em empresas de diversos setores.

4.3 Relatório de Sustentabilidade da Petrobras

Este tópico é dedicado a análise sobre os relatórios de sustentabilidade da Petrobras, do ano de 2019, em um contexto antes da pandemia, e os relatórios de 2020, 2021 e 2022, como o objetivo de identificar possíveis impactos e mudanças nos indicadores das áreas de ESG, durante e pós pandemia.

Para melhor compreensão do estudo e dos temas a serem analisados, o trabalho se divide em correspondência as áreas que compõem o ESG, o Ambiental, o Social e a Governança.

4.3.1. Ambiental

Em um contexto de transição para uma economia de baixo carbono, a Petrobras estabeleceu em 2015, 10 compromissos de Sustentabilidade que deverão ser seguidos e alcançados até 2025. São eles:

- Crescimento zero das emissões absolutas operacionais de CO₂;
- Zero queima de rotina em *Flare*, até 2030;
- Reinjeção de 40MM de Ton CO₂ em projetos ambientais;
- Redução de 32% na intensidade de carbono no seguimento E&P;
- Redução de 30% a 50% na intensidade de emissão de metano;
- Redução de 16% na emissão de carbono no refino;
- Redução de 30% na captação de água doce e utilizando reuso;
- Crescimento zero na geração de resíduos;
- 100% das instalações da com plano de ação em biodiversidade;
- Manutenção dos investimentos em projetos socioambientais;

Tais metas estabelecidas pela empresa, tem como o objetivo tornar a empresa referência no Brasil e no mundo, em políticas de baixo carbono, cerca de 6 das 10 metas estão diretamente ligadas a ela. Entre as metas elaboradas o atual desempenho da empresa está o seguinte:

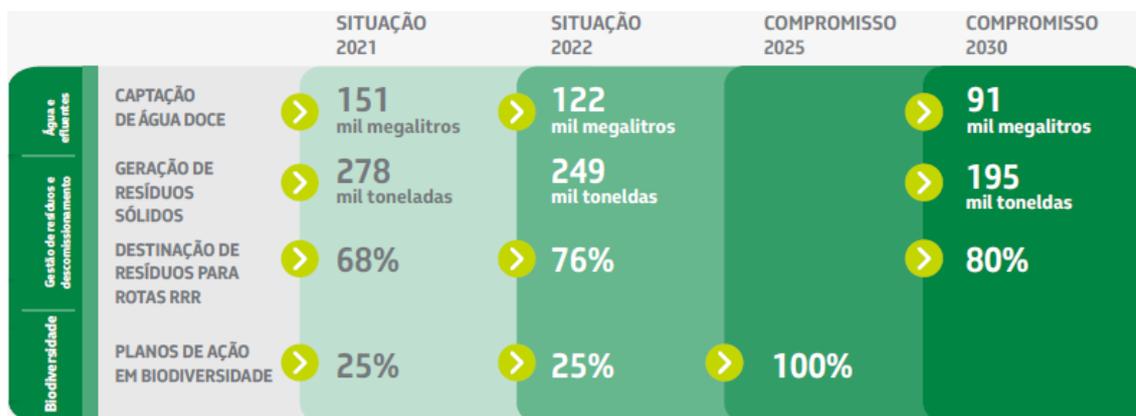
Figura 8 – Metas Ambientais da Petrobras – Parte 1

	SITUAÇÃO 2015	SITUAÇÃO 2022	COMPROMISSO 2025	COMPROMISSO 2030	
Resiliência climática, emissões de GEE e outros gases	EMISSÕES ABSOLUTAS OPERACIONAIS TOTAIS	78,2 milhões de tCO ₂ e	47,7 milhões de tCO ₂ e	54,8 milhões de tCO ₂ e	
	QUEIMA DE ROTINA EM FLARE	Melhoria contínua do aproveitamento do gás produzido, atingindo 97,3% em 2022		ZERO queima de rotina em flare ¹	
	INTENSIDADE DE GEE NO E&P	22 kgCO ₂ e/boe	15 kgCO ₂ e/boe	15 kgCO ₂ e/boe	15 kgCO ₂ e/boe
	INTENSIDADE DE GEE NO REFINO	43 kgCO ₂ e/CWT	39,7 kgCO ₂ e/CWT	36 kgCO ₂ e/CWT	30 kgCO ₂ e/CWT
	INTENSIDADE DE METANO NO E&P	0,65 tCH ₄ /mil tHC	0,26 tCH ₄ /mil tHC	0,29 tCH ₄ /mil tHC	
	REINJEÇÃO EM PROJETOS DE CCUS ²	2,9 milhões de tCO ₂	40,8 milhões de tCO ₂	80 milhões de tCO ₂	

Fonte: Relatório de Sustentabilidade - 2023

O desempenho da empresa nas questões relacionadas as políticas de controle de carbono, tem sido bem desenvolvida, a meta para a redução na emissão de CO₂ alcançou o menor patamar e em 2022 representa uma queda de 39%. Outros objetivos já foram alcançados já em 2022, como a redução na emissão de metano, a intensidade de Gases do Efeito Estufa (GEE) nas E&P's e a Queima de rotina em *Flare* que alcançou 97,3% com 8 anos de antecedência devido ao desenvolvimento e implementação de novas tecnologias. Porém a reinjeção de CO₂ só alcançou metade do objetivo previsto, se destacando negativamente.

Figura 9 – Metas Ambientais da Petrobras – Parte 2



Fonte: Relatório de Sustentabilidade – 2023

Diferente das metas relacionadas a emissões de GEE e políticas de baixo carbono, as metas relacionadas aos demais temas não apresentaram grande evolução, como redução de captação de água doce, redução na geração de resíduos e os planos de promoção da biodiversidade não alcançaram níveis satisfatório.

Ainda a respeito da Biodiversidade, a Petrobras é pioneira na busca do equilíbrio biológico, e atua em várias frentes para a preservação de espécies em situação de risco, por atuar diretamente em biomas com animais nesta condição de vulnerabilidade. Em 2019 eram cerca 150 espécies em situação de vulnerabilidade, 69 em condição de perigo de extinção e 39 em estado crítico de extinção. Segundo seu último relatório em 2022, houve redução de 15% no número de espécies em risco e o desenvolvimento de políticas de proteção para 58 espécies.

Mais uma área de atuação da empresa, é no desenvolvimento de pesquisas acerca de novas tecnologias de energia renovável, além de Biocombustíveis, que buscam por desenvolver energia com baixa ou nenhuma emissão poluente. Porém em 2020, a empresa deu início a uma série de desinvestimento em diversos projetos, e o setor de pesquisa e desenvolvimento de energia renovável teve uma redução de 74% desde então, e o desenvolvimento de biocombustíveis de 35%. Tal desinvestimento refletiu no indicador de emissões indiretas de CO₂, quando a emissão é realizada por consumidores do produto comercializado, em 2019 eram 414 mil toneladas, 2020 foram 427 mil toneladas em um contexto de

auge da pandemia e isolamento social, e em 2022 chega a 438 mil toneladas de CO₂. Contudo no relatório de sustentabilidade não apresenta os fatores que levaram a tomada de decisão de desinvestimento e não é possível correlacioná-lo a pandemia do coronavírus.

Como abordado anteriormente, o processo de extração de petróleo offshore é muito delicado e complexo, e marcado por incidentes com danos para a biodiversidade, por isto a grande preocupação e investimento em treinamento e prevenção das empresas do setor para evitá-la. Segundo dados da Petrobras, houve de 2019 para 2022 houve redução de cerca de 50% dos incidentes de vazamento, tal resultado representa 80% menos incidentes que a média das empresas do setor.

Por fim, segundo os dados apresentados em seu Relatório de Sustentabilidade, a Petrobras investiu em Projetos Socioambientais um total de R\$121 milhões de reais, o maior valor desde 2015. Porém qualificar o valor investido em impacto é um dos principais desafios propostos pelos autores de ISG, que apontam uma certa subjetividade. A empresa ainda em 2019, investiu R\$116 milhões, e em seguida nos anos de 2020 e 2021, a empresa investiu R\$89 milhões e R\$88 milhões respectivamente.

4.3.2. Social

“As empresas são parte de um sistema social maior e mais amplo. São construídas por pessoas e produzem bens e serviços para as pessoas. Em um mundo global, as barreiras que delimitam início e fim da empresa nesse sistema são cada vez mais difusas, de maneira que elas são mais exigidas pelo seu comportamento social. Trata-se de uma evolução constante da sociedade da qual a empresa faz parte”, explica Filipe Ferreira (2021).

Uma das principais contribuições da Petrobras, empresa que tem como acionista principal o governo brasileiro, o investimento no âmbito social está diretamente ligado ao que motivou a criação da empresa. Na tabela a seguir são apresentadas algumas contribuições feitas pela empresa nos últimos anos:

Tabela 2 – Investimento Social

Contribuições para a Sociedade	2019	2020	2021	2022
Investimentos em projetos culturais (milhões R\$)	37	18	37	28
Investimentos em projetos esportivos (milhões R\$)	71	5	1	4
Doações (milhões R\$)	1	26	101	272
Tributos governamentais pagos (Bilhões de R\$)	246	129	203	279

Fonte: Petrobras - 2023

Entre os investimento em ESG na área Social, destacam-se a redução dos investimentos em 2020, a recuperação no ano seguinte, e o grande aumento de investimento no ano de 2022, principalmente por meio de Doações, entre as principais instituições beneficiadas se destacam, a Associação Comitê Rio da Ação Cidadania, a Central Única das Favelas do Rio de Janeiro, Instituto Gerando Falcões e Instituto da Criança, todas Organizações Não Governamentais que combatem a pobreza auxiliando famílias em situação de vulnerabilidade social.

Mais um fator de extrema importância para a Petrobras, é a pauta sobre importância da diversidade dentro da companhia e na sociedade. A empresa atualmente apresenta o seguinte quadro de funcionários.

Tabela 3 – Quadro de Diversidade da Petrobras

Pessoas	2019	2020	2021	2022
Empregados	46.416	41.485	38.703	38.682
Gênero				
- Feminino	7.583	6.904	6.536	6.559
- Masculino	38.833	34.581	32.167	32.123
Étnico				
- Branco	54,4%	56,0%	56,3%	56,9%
- Pardo	23,0%	23,7%	24,0%	24,2%
- Preto	5,3%	5,5%	5,7%	5,8%
- Amarelo	1,4%	1,5%	1,5%	1,5%
- Indígena	0,2%	0,2%	0,3%	0,2%
- Não informada	15,7%	13,2%	12,2%	11,4%

Fonte: Petrobras - 2023

A empresa possui metas de diversidade, mas como o ingresso na companhia em muitos cargos é por meio de concurso público, para aumentar a diversidade e tornar a empresa com as características do Brasil, é utilizado a política de cotas. Entre as metas estabelecida a cerca de diversidade a que se destaca pela sua necessidade é a de gênero feminino. Veja no quadro a seguir:

Tabela 4 – Quadro de Diversidade Feminina da Petrobras

Diversidade	2019	2020	2021	2022	Meta
% de Mulheres	16%	17%	17%	17%	17%
% de Mulheres em Posição de Liderança	19%	20%	20%	20%	20%
% de Mulheres em Posição de Liderança - primeiro nível de gestão	18%	19%	20%	20%	20%
% de Mulheres em Posição de Liderança - alta gestão	22%	17%	28%	21%	28%
% de mulheres em posição de liderança - rel à geração de receita	5%	13%	13%	15%	13%
% de mulheres na carreira STEM	11%	12%	12%	12%	12%
Equidade Salarial - razão entre remuneração de mulheres e homens	0,92	0,95	0,96	0,97	-

Fonte: Petrobras - 2023

As metas estabelecidas sobre porcentagem de mulheres na empresa são baixas comparadas as praticadas no mercado uma vez que mulheres são a maioria no mercado de trabalho, e mesmo que algumas das metas já tenham sido atingidas antes de 2025, elas apresentam um platô, sem crescimento nos últimos anos. E se compararmos com outro indicador da empresa que é o de novas contratações, observamos apenas 12% das novas vagas sendo preenchidas por mulheres, não compatível com o objetivo traçado de 17%.

Vale também destacar que o ramo de atividade da empresa não justifica mais esses dados, um dos indicadores é relacionado a carreira STEM (profissionais que atuam em Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática) que apresentam a menor porcentagem entre todos os indicadores 12%. E por mais que a equidade salarial entre gênero seja um bom trabalho da Petrobras, fica evidente que ainda há um caminho para desenvolver.

Desde o ano de 2014, a empresa também passou a adotar um Programa de Incentivo ao Desligamento Voluntário (PIDV), tal abordagem permitiu a empresa reduzir muitos funcionários que estavam aposentados, em áreas em processo de desinvestimento e de áreas corporativas. Tal ação já gerou uma

economia de R\$36 milhões em encargos evitados, porém a medida também impactou os índices de rotatividade da empresa, como mostra a imagem a seguir:

Imagem 10 – Evolução do Efetivo e Tempo de Companhia



Fonte: Petrobras - 2023

Por fim, pela característica da sua operação, algumas funções desempenhadas são consideradas de grande risco, necessitando um grande investimento em formação e capacitação nas áreas de segurança do trabalho, mas ainda assim ocorre acidentes fatais anualmente, com a exceção de 2020, um ano em que a empresa teve suas operações impactadas pela covid-19. Porém ainda sim o indicador TAR (Taxa de Acidentados Registráveis), vem reduzindo desde 2015, e atualmente é de 0,68% a cada um milhão de horas homens trabalhada, bem abaixo da meta de 1%.

4.3.3. Governança

A governança corporativa consiste nas práticas, regras e processos pelos quais uma empresa é gerida. Para isso, é preciso equilibrar diversos interesses, que correspondem aos principais *stakeholders* do negócio, seu objetivo não é o lucro, mas a satisfação de todos esses envolvidos.

A governança corporativa, nos últimos anos se tornou a foco da Petrobras em seu processo de reconquistar a confiança dos *stakeholders*, a partir de um cenário tão controverso para a empresa como foi o período de interferência política e a Operação Lava-Jato da Polícia Federal. Neste período o valor da empresa despencou, e todo o prestígio que possuía foi deixado de lado.

Com esse objetivo de desenvolver a Governança a Petrobras, em 2019 a organização adere de forma voluntária ao grupo de nível 2 de Governança da B3, bem mais rigoroso e ao lado de empresas referência no assunto, para recuperar a credibilidade e desenvolver seu negócio.

A partir desse cenário é que vemos o desenvolvimento de normas, práticas e processos, além de papéis bem definidos para os conselhos e presidência. A busca pela transparência foi baseada em uma nova estruturação, como mostra a imagem a seguir:

Imagem 11 – Estrutura de Governança



Fonte: Petrobras - 2023

Este modelo de Governança Corporativa, tem como objetivo aprimorar o desempenho da organização, e beneficiar o processo de decisório. Os comitês do Conselho de Administração são:

- A – Investimento
- B – Auditoria
- C – Segurança, Meio Ambiente e Saúde
- D – Pessoas
- E – Minoritários
- F – Auditoria do Conglomerado Petrobras

Além do avanço na estruturação, a empresa também desenvolve sólidos instrumentos relacionado aos sistemas de integridade e à prevenção da Corrupção, como apresenta a imagem a seguir:

Imagem 12 – Mecanismo de Combate a Corrupção



Fonte: Petrobras - 2023

A partir da elaboração do Código de Conduta Ética, aprovada pelos conselhos, dá início ao desenvolvimento de um movimento comum dos funcionários em prol da temática anticorrupção, pautada em seus guias de conduta e através de treinamento e aperfeiçoamento com a coparticipação dos

funcionários, foi possível ver grande avanço na Governança da Petrobras, que desde 2018 passou a ser referência sendo perceptível até na cultura organizacional, mesmo após incidentes como os escândalos de corrupção e com grande parte de funcionários que estavam na companhia à época.

A Petrobras também se destacou na padronização, e na melhoria contínua de processos, que passaram individualmente por revisões, podendo então serem estabelecidas normas e guias de boas práticas para toda a empresa, como mostra a imagem a seguir:

Imagem 13 – Melhoria e reavaliação de processos para combate a corrupção



Fonte: Petrobras - 2023

5. Conclusões e Considerações Finais

A partir das mudanças notórias que estamos vivenciando nos últimos anos, tanto em questões socioeconômicas, como em questões ambientais, que até recentemente eram relativizadas, ganharam força nas últimas década devido aos impactos já notados diariamente, como foi apontado ao longo do estudo. Neste cenário a coparticipação das empresas ao lado da sociedade civil e governos foi exigida por grande parte dos *stakeholders*.

Ao longo desse trabalho acadêmico foram analisados os investimentos no segmento de ESG da empresa Petrobras durante o período de 2020 a 2023, suas práticas de responsabilidade socioambiental e governança, e principalmente como tais investimentos se mantiveram em um cenário adverso e desafiador, a crise da pandemia de covid-19, com o objetivo de responder o problema de pesquisa apresentado no trabalho: Como se mantiveram os investimentos no momento de crise da pandemia do covid-19, na Petrobras?

Durante os fundamentos apresentados pelos principais teóricos acerca da temática, contidos nesse estudo, vimos a importância das empresas na redução do impacto ambiental e social. Além de observámos a importância da mobilização imediata para um modelo sustentável, em que seja possível a coexistência de ambos, meio ambiente e empresas, uma vez que segundo dados apresentados por diversos autores, estamos próximos de um ponto irreversível para a preservação do meio ambiente, e da vida como a conhecemos.

A partir do método adotado e da análise dos dados, fica evidente o impacto da pandemia não só na Petrobras e no seu setor de atuação, mas no mundo todo. O desinvestimento foi consequencial a partir da redução de receita que foi apresentado no ano de 2020 em seus relatórios, dada a queda do consumo da sociedade e das principais empresas parceiras que atuavam no refino. O preço do barril do Petróleo Brent caiu mais de 66% em relação ao valor médio praticado em 2019, e mesmo com aumento no valor do dólar em 30%, o lucro líquido da empresa caiu 82%.

Com relação aos investimentos na área ambiental, a empresa conseguiu se manter contante com redução perceptiva apenas no ano de 2020. Como apresentado a empresa em 2015 definiu 10 objetivos para serem alcançados até 2025 e aprimoradas até 2030, se destacando com a ambição de alcançar zero emissões de carbono, sendo 6 das 10 metas relacionadas a esse tema. Ainda em 2022 a empresa já completava 4 dos 10 objetivos.

Durante o período estudado, vale destacar uma mudança no setor de Óleo & Gás com o crescimento e desenvolvimento de novas tecnologias no mercado, como os veículos elétricos. Que gerou uma grande transição das empresas desse setor para o seguimento de Energia, adicionando ao seu portfólio os investimentos usinas de geração de energia sustentáveis, como a eólica e a fotovoltaica. Tal mudança auxiliou a empresa a alcançar as metas proposta nos próximos anos.

A luz dos conceitos de investimentos apresentados na área Social, e do modelo da Petrobras, empresa que tem como acionista majoritário o governo brasileiro, ela se destaca pelo investimento em projetos culturais, esportivos e ambientais, porém observamos a mudança do modelo de atuação nessa área, de patrocinador para a posição de doador. Entre eles se destaca o Projeto Tamar, projeto que durante décadas foi patrocinado pela empresa foi descontinuado no período.

É possível inferir também as mudanças da companhia em relação ao seu quadro de funcionários, na busca por maior diversidade. Destaque para o aumento da participação de mulheres, crescendo ano a ano, como resultado do programa de PIDV, Plano de Incentivo ao Desligamento Voluntário a antigos funcionários, possibilitando também pluralidade na faixa etária, um dos objetivos estabelecidos pela empresa.

Em relação aos investimentos na temática de Governança que compõe a sigla ESG, podemos destacar como a área que mais se desenvolveu durante o período estudado. Após um cenário negativo que vinha de antes da pandemia do covid-19, com a investigações e condenações da Operação Lava-Jato, a empresa se empenhou em desenvolver sólidos instrumentos de prevenção a corrupção e sistemas de integridade.

Além do desenvolvimento de um novo código de conduta ética, houve o movimento de diversificação dos conselhos consultivos e de fiscalização. Podemos destacar a padronização e a melhoria contínua em processos que foram individualmente revisados, possibilitando o desenvolvimento de guia e normas de boas práticas.

É importante também salientar que o ano de 2022 foi muito importante para a empresa em termos financeiros, devido ao aumento do preço do barril de petróleo, a alta do dólar, e a recuperação econômica no país e no mundo, que resultando em recorde de receitas da companhia. Sendo possível a recuperação e criação de novos investimentos da empresa nos anos posteriores.

O case da Petrobras nos permitiu uma reflexão sobre a participação de forma ativa que uma empresa deve atuar, em um país onde tais questões ambientais e sociais são debatidas e negligenciadas diariamente, a atuação de uma empresa pública nas mais deferentes frentes, gerou a curiosidade para a elaboração deste estudo, uma vez considerando a Petrobras como uma das maiores empresas brasileiras há décadas. Portanto após a análise dos relatórios de sustentabilidade da empresa, da pesquisa e dos resultados financeiros apresentados, é possível afirmar a preocupação da organização, mas também o seu posicionamento como player importante no desenvolvimento sustentável no Brasil.

Por fim, vale ressaltar que o ESG não é apenas a mais recente palavra do mercado, é na verdade o modelo de negócio que consegue coexistir com o meio ambiente e a comunidade em que está inserida, dando mais do que retira. É o último sopro de esperança para não alcançarmos um estado irreversível, a mudança precisa ser feita agora.

Bibliografia

SOBRAL, F.e PECCI, A.. Administração: teoria e prática no contexto brasileiro. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2008.

CHIAVENATO, Idalberto. Administração teoria, processo e prática. 4 ed. São Paulo. Elsevier. 2007.

BORBA, P. R. F. Relação entre desempenho social corporativo e desempenho financeiro de empresas no Brasil. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

BROOKS, C.; OIKONOMOU, I. The effects of environmental, social and governance disclosures and performance on firm value: a review of the literature in accounting and finance. University of Cambridge Programme for Industry.

CAMARGOS, M. A.; BARBOSA, F. V. Fusões e aquisições de empresas brasileiras: criação de valor e sinergias operacionais. RAE: Revista de Administração de Empresas, v. 49, n. 2, p. 206-220, 2009.

CARROLL, A. B. A three-dimensional conceptual model of corporate social performance. Academy of Management Review, v. 4, n. 4, p. 497-505, 1979.

RIBEIRO, W. C. A ordem ambiental internacional. 1. Ed. São Paulo: Contexto, 2001. 182 p.

Brundtland G. H. Nosso Futuro Comum, 1. Ed. Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. 1987.

VERGARA, Sylvia Constant. Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração. São Paulo: Atlas, 1998. 97 p

VERGARA, Sylvia Constant. Métodos de Pesquisa em Administração. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

YOSHIDA, Consuelo Y. Moromizato et al (Org.). Finanças Sustentáveis e a Responsabilidade Socioambiental das Instituições Financeiras. Belo Horizonte: Fórum, 2017.

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL (Brasil). Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 17 maio 2024.

PETROBRAS (Brasil). Relação com Investidores – Relatórios Anuais. Disponível em: <https://www.investidorpetrobras.com.br/apresentacoes-relatorios-e-eventos/relatorios-anuais/> . Acesso em: 12 maio 2024.

PETROBRAS (Brasil). ESG: Meio Ambiente, Social e Governança. Disponível em: <https://www.investidorpetrobras.com.br/esg-meio-ambiente-social-e-governanca/indicadores/> . Acesso em: 12 maio 2024.

JUNIOR ACHIEVEMENT (Brasil). Programas – Trilha Empreendedora. Disponível em: <https://www.jarj.org.br/trilha-empreendedora/> . Acesso em: 10 maio 2024.

Apêndice

Questionário de entrevista:

Entrevistada: Carol Thaines

1 – Como é o Projeto Trilha Empreendedora?

O Projeto Trilha empreendedora consiste na aplicação de uma sequência de programas da ONG Junior Achievement dentro do currículo do ensino médio de escolas da rede estadual do Rio de Janeiro, atendendo um total de 120 escolas. O projeto é patrocinado por empresas do setor de óleo e gás, como a Petrobras, Ipiranga, Total Energies e entre outras, totalizando 13 empresas. Além de financiar o projeto essas empresas sedem os seus funcionários, que após passarem por um treinamento, vão até as escolas atuar como professor voluntário, contando suas experiências profissionais e correlacionando a temática do programa com a sua jornada.

2 – Como era atuação das empresas antes da Pandemia?

A atuação era feita de forma presencial nas empresas, tanto em reuniões locais de definições de escopo do projeto com pontos focais do setor de RH ou Responsabilidade Socioambiental, como também treinamentos de capacitação do projeto. Até chegar o momento da atuação nas escolas, onde os profissionais eram levados as escolas e atuavam em contato direto com os alunos em grupos de até 3 voluntários por turma.

3 - Houve alguma mudança a partir do cenário da Pandemia, já em curso?

Sim foi um período de muita dificuldade para todos, assim como os trabalhos e as aulas que passaram a serem efetuadas em modelo virtual, as capacitações e aplicações também assumiram esse modelo. Porém como muitas escolas públicas não dispõem de infraestrutura para garantir o acesso a todos os alunos, muitos não conseguiam participar, então as aplicações eram com menos alunos, e com todas as dificuldades impostas também houve redução da participação dos voluntários de todas as empresas, apesar da praticidade de fazer no modelo virtual.

4 – Particularmente na Petrobras, foi possível notar alguma mudança no investimento com a Pandemia?

Não, a Petrobras exibiu o mesmo comportamento das demais empresas, preocupada com a manutenção do programa, e com as condições, mas não sendo capaz de atrair novos voluntários, era mais comum os voluntários que já conheciam o projeto e o apoiavam, quando tentamos (JARJ) entender com os pontos focais das empresas, muitos justificavam pelo impacto que as mudanças na forma de vida das pessoas, como nas perdas pessoais que estavam ocorrendo.

5 – Houve alguma redução no investimento feito pela Petrobras no período?

Não, a empresa manteve o seu compromisso com o projeto programado.

6 – Nos anos seguintes a pandemia, como foi o comportamento da Petrobras?

Com o sucesso do Programa Trilha Empreendedora, nos anos posteriores aumentamos o número de escolas e empresas parceiras, expandindo do setor de óleo e gás, e alcançando números cada vez maiores. E a Petrobras até hoje continua fazendo parte do projeto apoiando financeiramente e com o voluntariado.